PROJETO DE LEI Nº _____ /2018

(Processo nº _____ /2018)

“Dispõe sobre a obrigatoriedade de reservar 5% (cinco por cento) de mesas e cadeiras para idosos, pessoas com deficiência e para mulheres gestantes nas praças de alimentação dos shoppings centers no município de Linhares, e dá outras providências.”

Art. 1º. As Praças de Alimentação que disponham de mesas e cadeiras com seu uso compartilhado nos shoppings centers deverão destinar, no mínimo, 5% (cinco por cento) de seus lugares para uso exclusivo de pessoas com deficiência física, idosos e gestantes.

§ 1º. Os lugares reservados para o cumprimento do disposto nesta Lei deverão ser identificados por avisos ou característica que os diferencie dos assentos destinados ao público em geral.

§ 2º. Os demais restaurantes, lanchonetes, bares e similares em caso de lotação, deverão prestar atendimento preferencial a pessoas com deficiência física, idosos e gestantes.

§ 3º. Prevendo casos de lotação e espera os restaurantes, lanchonetes, bares e similares deverão dispor de espaço de espera adequado protegido do sol, chuva, assentos e condições necessárias para o conforto da pessoa com deficiência física, idosos e gestantes.

Art. 2º. Os estabelecimentos alcançados pela presente Lei deverão, de igual forma, adaptarem-se para o acesso de usuários de cadeiras de rodas até a mesa reservada.

Parágrafo único. Estarão desobrigados ao cumprimento da presente Lei, total ou parcialmente, aqueles estabelecimentos que apresentarem laudo técnico firmado por

profissional habilitado, comprovando a impossibilidade de adaptar-se para os fins previstos nesta Lei.

Art. 3º. O não cumprimento dos dispositivos desta Lei pelo estabelecimento, implicará:

I - Notificação de advertência, na primeira autuação;

II - Multa de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município (UFMs), se não sanada a irregularidade no prazo de 90 (noventa) dias, após a advertência;

III - Multa de 500 (quinhentos) Unidades Fiscais do Município (UFMs), se não sanada a irregularidade no prazo de 90 (noventa) dias, após a aplicação da multa prevista no inciso II;

Art. 4º. É concedido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação desta Lei, para que os estabelecimentos dispostos no caput do art. 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas na presente Lei.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua promulgação.

Plenário “Joaquim Calmon”, aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito.

TOBIAS COMETTI

Vereador

Justificativa:

A presente proposição tem por objetivo criar mais um instrumento para o regular exercício da cidadania desses cidadãos, resguardar o direito dos idosos, pessoas portadoras de deficiência e gestantes.

Cabe inicialmente ressaltar que a presente propositura prevê a reserva de vagas para idosos, pessoas portadoras de deficiência e gestantes em restaurantes e praças de alimentação de shopping centers.

Determina o projeto que 5% (cinco por cento) dessas vagas sejam destinadas a estes cidadãos. Os lugares reservados deverão ser identificados por avisos ou por alguma característica que os diferencie dos assentos destinados ao público em geral.

Os estabelecimentos alcançados pela Lei terão o prazo de 180 dias, contados a partir da publicação da Lei, para realizarem todas as adaptações necessárias ao cumprimento da norma. Em caso de não cumprimento, os estabelecimentos empresariais ficarão sujeitos a penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Importante também mencionar que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, o bem-estar e o direito à vida. Neste sentido, por se tratar de medida de fundamental importância para resguardar os direitos desses cidadãos em nosso Município, conclamo os nobres parlamentares a aprovarem a presente proposição.

Linhares/ES, 18 de abril de 2018.

TOBIAS COMETTI

Vereador